

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo"

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39

Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balancos Patrimoniais	4
Demonstrações dos Resultados / Resultado Abrangente	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Valor Adicionado	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Conselheiros e Administradores da
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
“Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo”
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo” (“EMESP”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina “Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo” (“EMESP”) em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Manutenção dos contratos de gestão: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que informa que o Projeto EMESP Tom Jobim, teve sua renovação a partir de janeiro de 2013, por quatro anos e meio, devendo se encerrar portanto em junho de 2017. Assim posteriormente a esta data, sua renovação dependerá do resultado do chamamento público que definirá o gestor desse contrato. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Contas a receber – contratos de gestão: De acordo com a nota explicativa nº 5, foram registrados saldos a receber da Secretaria do Estado da Cultura, de R\$ 10.000 relativo ao contrato de gestão nº 01/2013. No entanto, não foi possível confirmarmos a realização desse valor até a emissão desse relatório, o que gera dúvidas quanto ao seu recebimento.

Ajustes de erros e mudanças de práticas contábeis: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18, onde constam correções e reclassificações de contas efetuadas em 2016, também com o objetivo de melhor evidenciação das contas relativas aos projetos.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse relatório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

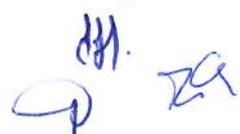
Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em

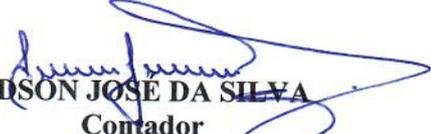


relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2017.

Cokinos & Associados
COKINOS & ASSOCIADOS
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 15.753/O-0


EDSON JOSÉ DA SILVA
Contador
CRC-1SP251.112/O-9
CNAI nº 2211

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
BALANÇO PATRIMONIAL
Em reais

ATIVO	N.E	2016	2015	PASSIVO	N.E	2016	2015
Circulante		9.161.114	8.167.401	Circulante		8.963.912	7.446.047
Recursos vinculados a projetos	(04)	8.973.279	7.223.685	Projeto a Executar	(10)	4.698.350	6.909.867
Contas a receber	(05)	10.000	858.288	Fornecedores		113.533	29.024
Adiantamentos diversos	(06)	74.304	79.431	Encargos sociais	(11)	32.172	33.529
Despesas antecipadas		6.728	5.997	Obrigações tributárias		-	-
Estoques	(09)	96.803	-	Provisão de férias e encargos		501.468	468.648
				Contas a pagar		2.477	4.979
				Provisão para contingências	(14)	422.325	-
				Fundos de Reserva e Contingências	(12)	3.193.588	-
Não Circulante		2.924.571	3.403.793	Não Circulante		3.121.773	4.125.147
				Exigível a Longo Prazo		3.121.773	4.125.147
				Provisão para contingências	(14)	197.202	721.354
				Rec. aplic. ativos permanentes	(13)	2.924.571	3.403.793
Permanente		2.924.571	3.403.793	Patrimônio Líquido	(16)	-	-
Imobilizado	(07)	2.924.571	3.403.793				
Intangível	(08)	-	-				
TOTAL DO ATIVO		<u>12.085.685</u>	<u>11.571.194</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>12.085.685</u>	<u>11.571.194</u>


Rosane Ghedin
Diretora Presidente

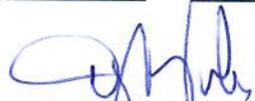

Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO
Em reais

	N.E	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS		20.362.716	20.625.177
Receitas operacionais		19.647.084	19.995.275
Recursos do contrato de gestão	(17)	19.647.084	19.995.275
Outras receitas operacionais		715.632	629.902
Outra receitas		-	805
Depreciação		715.632	629.097
DESPESAS OPERACIONAIS		(20.362.716)	(20.625.177)
Despesas operacionais		(20.362.716)	(20.625.177)
Despesas com pessoal		(10.404.050)	(10.860.806)
Despesas com encargos sociais		(3.444.635)	(3.614.185)
Despesas administrativas		(3.302.072)	(1.483.062)
Depreciação		(715.632)	(629.097)
Serviços Prestados por Terceiros		(2.436.296)	(3.933.788)
Impostos e Taxas		(60.032)	(104.240)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		<u>-</u>	<u>-</u>


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC nº 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA

"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo"

C.N.P.J. N° 10.462.524/0002-39

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO

Em reais

	N.E	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrimônio líquido			
No início do exercício		-	-
Resultado do exercício		-	-
No final do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Em reais

	2016	2015
	TOTAL	TOTAL
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	20.362.716	20.625.177
Receitas do projeto	19.647.084	19.995.275
Outras receitas	-	805
Depreciação	715.632	629.097
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	5.738.367	5.416.850
Serviço de terceiros	2.436.296	3.933.788
Despesas administrativas e gerais	3.302.072	1.483.062
VALOR ADICIONADO BRUTO	14.624.349	15.208.327
RETENÇÕES	715.632	629.097
Depreciação	715.632	629.097
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	13.908.717	14.579.230
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	13.908.717	14.579.230
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13.908.717	14.579.230
Pessoal e encargos	13.848.685	14.474.990
Impostos, taxas e contribuições	60.032	104.240
Resultado do exercício	-	-


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL SANTA MARCELINA
"Tom Jobim - Escola de Música do Estado de São Paulo"
C.N.P.J. Nº 10.462.524/0002-39
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(em reais)

	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	-	-
Depreciação e amortização	715.632	629.096
Ajuste de depreciação	(151.742)	-
Provisão para contingências	(101.827)	53.354
Resultado ajustado	462.063	682.450
VARIAÇÕES DO ATIVO E PASSIVO		
(Aumento) / redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(1.749.594)	(975.666)
Adiantamentos diversos	5.127	391.426
Outras contas a receber	847.556	(856.730)
Estoques	(96.803)	
Aumento / (redução) nos passivos em		
Projeto a executar	(2.211.517)	1.492.831
Fornecedores	84.509	(107.506)
Salários, férias e encargos sociais	31.463	4.460
Outras Contas a pagar	(2.502)	(2.168)
Fundos de Reservas e Contingências	3.193.588	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	563.891	629.097
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições do ativo imobilizado	(86.519)	(267.354)
Baixas do ativo imobilizado	1.850	295.892
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(84.669)	28.538
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos aplicados em ativos permanentes	(479.222)	(657.635)
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamento	(479.222)	(657.635)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
 Rosane Ghedin Diretora Presidente	 Luis Roberto Teles CT-CRC n.º 1SP182.786/O-8	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

**Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa
Marcelina**

“Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo”

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2016 e 2015

1 Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regidas pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Associação mantém contrato de gestão (nº01/2013), através do Processo SC/144322/2012, com a Secretaria de Estado de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, tendo como objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução, das atividades na área cultural, na Tom Jobim – Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim). Para gerenciar esse projeto, houve uma convocação pública formalizada através da Resolução SC nº 94 de 22 de outubro de 2012, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial Poder Executivo – Seção I de 19 de outubro de 2012, onde a Associação de Cultura Educação e Assistência Social foi declarada a organização que será a gestora dos projetos EMESP por mais quatro anos e meio, a ser contado a partir de janeiro de 2013.

A EMESP Tom Jobim tem por meta iniciar, formar e aperfeiçoar crianças, jovens e adultos, na área da música erudita e popular, conforme faixas etárias, nível de conhecimento e envolvimento musical e interesses de aprendizagem. Os critérios para classificar os alunos nos respectivos níveis, são baseados no conteúdo programático de cada curso. Os cursos oferecidos pela Escola são de pré- formação, formação continuada (1º, 2º e 3º ciclos), formação avançada (4º ciclo) e cursos modulares.

A Escola possui ainda na sua programação, atividades extra curriculares, as quais visam o intercâmbio entre os professores e artistas de outros municípios, estados e países, oferecendo, máster classes e workshops, palestras, seminários, congressos e simpósios.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial as Resoluções CFC nº 1404/12 (ITG 2002) e nº 1305/10 (NBC TG 07).

As demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015, divulgada para fins de comparabilidade, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação.

A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis não foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 16 de janeiro de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado.
- Nota explicativa nº 14 - Provisão para contingências

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia

de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento, aplicações financeiras e fundos de reserva e contingência que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, são registrados em conformidade com a CPC07 (R1):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante.

- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do contrato de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.
- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens do contrato de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.
- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

e. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

f. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou

calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1).

4 Recursos vinculados a projetos

	2016	2015
Banco conta movimento	(7.076)	6.533
Aplicações financeiras	<u>8.980.355</u>	<u>7.217.152</u>
	<u>8.973.279</u>	<u>7.223.685</u>

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Contas a receber

	2016	2015
Contas a receber – Contrato de gestão nº 01//2013	10.000	858.288
	<u>10.000</u>	<u>858.288</u>

Este saldo de 2016 refere-se a parcela prevista no contrato de gestão e que não foi recebida até o momento. E o saldo de 2015 não foi realizado, sendo ajustado em 2016.

6 Adiantamentos diversos

	2016	2015
Adiantamento de férias	66.967	71.824
Outros	<u>7.337</u>	<u>7.607</u>
	<u>74.304</u>	<u>79.431</u>

7 Imobilizado

Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	Taxas	2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos	10%	590.633	(289.294)	301.339	308.717
Móveis e Utensílios	10%	578.957	(312.518)	266.439	348.706
Instrumentos Musicais	10%	5.450.952	(3.195.918)	2.255.035	2.603.556
Ferramentas	10%	1.386	(923)	463	1.313
Computadores e Periféricos	20%	926.677	(828.579)	98.098	103.970
Telefones	10%	11.054	(7.856)	3.197	4.271
Sub-total		<u>7.559.658</u>	<u>(4.635.087)</u>	<u>2.924.571</u>	<u>3.370.533</u>
Imobilizado em Andamento		-	-	-	33.260
Total		<u>7.559.658</u>	<u>(4.635.087)</u>	<u>2.924.571</u>	<u>3.403.793</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Saldos no início do exercício	3.403.793	4.057.216
Adições		
Instalações	-	-
Equipamentos	32.787	38.377
Móveis e Utensílios	-	31.835
Veículos	-	-
Instrumentos Musicais	47.990	150.440
Ferramentas	-	-
Computadores e Periféricos	5.742	46.702
Baixas Liquidadas	(1.850)	(295.892)
Ajuste de depreciação	151.742	-
Depreciações	<u>(715.632)</u>	<u>(624.885)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>2.924.571</u>	<u>3.403.793</u>

Em 2014, a Associação contratou empresa especializada para efetuar o levantamento de seus bens com o objetivo de avaliar e sanear diferenças entre o físico e o contábil. O prazo para a conclusão dos trabalhos estava inicialmente previsto para 2015, e concluído em 2016.

8 Intangível

Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme pronunciamento CPC 04, aprovado pela NBC T. 19.8, Resolução CFC nº 1.139/08 e NBC T 19.8 – IT 1 – Resolução CFC nº 1.140/08.

Descrição	Taxa	2016	2015
Software		97.177	97.177
Amortização acumulada	20%	<u>(97.177)</u>	<u>(97.177)</u>
		=	=

9 Estoque

Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:

Descrição	2016	2015
Material de escritório	30.268	-
Suprimentos musicais	22.253	-
Demais estoques	<u>44.282</u>	-
Total	<u>96.803</u>	-

10 Projetos

		2016	2015
Projeto a executar	<u>Curto Prazo</u>	<u>4.698.350</u>	<u>6.909.867</u>
Total		<u>4.698.350</u>	<u>6.909.867</u>

Projeto a executar referem-se as recursos já recebidos pela Associação porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

*Associação de Cultura, Educação e
Assistência Social Santa Marcelina – EMESP
Demonstrações financeiras em 31 de
Dezembro de 2016 e 2015*

2016

	Saldo Anterior	Fundo de Reserva	Fundo de Contingências	Valores Recebidos	Valores a Receber	Rendimentos Financeiros	Consumo	Dotação especial	Devolução de verba/Reclassificação	Valor Residual
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013)	6.591.323	(1.841.599)	(1.687.312)	20.290.780	(858.288)	855.055	(19.647.084)	(86.519)	-	3.616.356
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013)	-	-	-	-	10.000	-	-	-	-	10.000
Fundos	-	-	-	531.314	-	-	-	-	-	531.314
Outros Recursos	318.544	-	-	320.136	-	-	-	-	-	540.680
TOTAL	<u>6.909.867</u>	<u>(1.841.599)</u>	<u>(1.687.312)</u>	<u>21.044.230</u>	<u>(848.288)</u>	<u>855.055</u>	<u>(19.647.084)</u>	<u>(86.519)</u>	<u>-</u>	<u>4.698.350</u>

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício.

Valores a receber – Referem-se a valores previstos no contrato de gestão e não repassados dentro do exercício.

Rendimentos financeiros - Referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos vinculados ao projeto que, de acordo com a norma contábil, são reconhecido no ativo em contrapartida aos projeto a executar no passivo (vide nota explicativa 3.b - práticas contábeis).

Consumo - Referem-se aos gastos que foram empregados no projeto ao longo do exercício social. Os consumos de projetos a incorrer dão origem as receitas e despesas da Entidade.

Dotação especial - Referem-se aos recursos que foram empregados na aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Fundos – Os fundos de reservas e de contingências foram reclassificados e demonstrados conforme Nota Explicativa nº 12.

Por força do contrato de gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados ou até mesmo o cancelamento do contrato de gestão.

A Administração da Associação entende que em 2016 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte desta Secretaria.

(a) Contrato de Gestão - Projeto EMESP (01/2013)

Em janeiro de 2013 foi assinado o Contrato de Gestão n.º 01/2013 entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura e Associação de Cultura, Educação Assistência Social Santa Marcelina, possui como previsão o repasse de R\$ 105.401.180 ao longo de 4 anos e meio, para o período de janeiro de 2013 a junho de 2017, pela Secretaria de Estado da Cultura, a serem empregados com o objetivo de gerenciara Tom Jobim Escola de Música do Estado de São Paulo, sendo R\$ 20.202.780 para o ano de 2016, tendo sido recebido R\$ 20.192.780, o saldo a receber de R\$ 10.000 registrado como contas a receber.

Em 2016 matricularam-se 1.323 alunos, com um número de 1.558 atendimentos nos Cursos de Formação e Livres, e foram oferecidas 214 vagas para bolsistas em 2016. Os Corpos Musicais tiveram atuação importante: a Banda Sinfônica Jovem do Estado de São Paulo realizou 11 concertos, atingindo um público de 5.672 pessoas; a Orquestra Sinfônica Jovem realizou 19 concertos, atingindo um público de 161.713 pessoas; o Coral Jovem do Estado de São Paulo realizou 12 concertos, atingindo um público de 2.783 pessoas; a Orquestra Jovem Tom Jobim alcançou em seus 10 concertos um público de 7.646 pessoas. (Informações não auditadas).

11 Salários e encargos sociais a pagar

	2016	2015
INSS a recolher	29.792	31.339
Outros encargos a recolher	2.380	2.190
	<u>32.172</u>	<u>33.529</u>

12 Fundos

Referem-se a valores de recursos de projetos, reclassificados para este grupo neste exercício de 2016, para melhor evidenciação.

		2016	2015
Fundo de reserva	(a)	1.648.040	-
Fundo de contingências	(b)	<u>1.545.548</u>	=
		<u>3.193.588</u>	=

(a) Do total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência do presente contrato, 6 %, foi depositado pela Organização Social em conta corrente específica de sua titularidade, constituído para o fundo de reserva, sob a tutela do Conselho de Administração da Associação, que somente poderá ser utilizado na hipótese de atraso, por parte da CONTRATANTE, no repasse de recursos. A liberação desses recursos ficará condicionada a apresentação pela CONTRATADA do plano

de restituição dos respectivos valores do fundo de reserva, bem como a aprovação do Conselho de Administração da CONTRATADA.

(b) Nos termos da norma inserta no Decreto Estadual nº 54.340, de 15 de maio de 2009, a CONTRATADA depositou na conta bancária específica, o montante de R\$ 1.379.257,00 (um milhão e trezentos e setenta e nove mil e duzentos e cinquenta e sete reais):

(b.1) A Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a reserva de que trata esta alínea “b”;

(b.2) Os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere esta alínea “b” e subitens somente poderão ser utilizados por deliberações de $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA, e do Secretário de Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência;

(b.3) Ao final do contrato, o saldo financeiro remanescente na reserva a que se refere esta alínea “b” será rateado entre o Estado e a organização social, observada a mesma proporção com que foi aquela constituída;

13 Recursos aplicados em ativos permanentes

	2016	2015
	<u>2.924.571</u>	<u>3.403.793</u>
<p>Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 8 (ativo imobilizado).</p>		
Saldo em 31 de dezembro de 2015		3.403.793
Adição de imobilizado (nota explicativa 8)		86.519
Custo residual baixado de imobilizado e intangível		(1.850)
Depreciação do imobilizado (nota explicativa 8)		(715.632)
Ajuste de depreciação		151.742
Amortização do intangível		(-)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		2.924.571

14 Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2016	2015
Contingências no passivo circulante	<u>422.325</u>	=

	2015		2016	
	Saldo inicial		Utilização	Saldo final
Trabalhistas	=	<u>493.445</u>	<u>(71.120)</u>	<u>422.325</u>

	2016	2015
Contingências no longo prazo	<u>197.202</u>	<u>721.354</u>

	2015		2016	
	Saldo inicial		Utilização	Saldo final
Trabalhistas	<u>721.354</u>	=	<u>(524.152)</u>	<u>197.202</u>

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 368.844 em 2016 (R\$ 447.456 em 2015) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

15 Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e a diretoria da Associação não são remunerados.

16 Patrimônio líquido

Em função de a Associação ter suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição tem sido nulos, motivo pelo qual a Associação não apresenta patrimônio social constituído.

17 Recursos de contrato de gestão

	2016	2015
Projeto EMESP (01/2013)	19.647.084	19.995.275
	<u>19.647.084</u>	<u>19.995.275</u>

18 Correção de erros e mudanças de estimativa contábil

Os registros contábeis demonstrados no quadro abaixo, passaram a ter tratamento contábil, diferente da prática que vinha sendo adotada até 2015, além de correções efetuadas nos saldos das contas divulgadas naquele exercício. Assim, em atendimento ao CPC 23 - “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro”, evidencia-se as alterações ocorridas.

DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2015				31/12/16
	Saldo anterior	Débitos	Créditos	Saldo corrigido	
Contas a receber	(a) 858.288		858.288	-	10.000
Estoques	(b) -			-	96.803
TOTAL	858.288	-	858.288	-	106.803
Projetos a executar	(c) 6.909.867			6.909.867	4.698.350
Fundo de reserva	(c) -			-	1.648.040
Fundo de contingências	(c) -			-	1.545.548
TOTAL	6.909.867	-	-	6.909.867	7.891.938

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 05, o valor de contas a receber não foi realizado.

(b) Foi implantando controle de estoques, de modo que os itens adquiridos não são mais lançados diretamente à conta de despesa.

(c) E, foram segregados os fundos de reserva e de contingências, da rubrica relativa a “projetos a executar”.

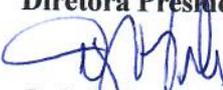
19 Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de

demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

* * *


Rosane Ghedin
Diretora Presidente


Luis Roberto Teles
CRC/SP182786/O-8